



EBRAPEM027

Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática



EDUCAÇÃO FINANCEIRA SOB UMA PERSPECTIVA CRÍTICA E NEOLIBERALISMO: UM OLHAR PARA ESTUDANTES EM VULNERABILIDADE SOCIAL

Fabio Alves Menecucci¹

GD n° 15 – Educação Financeira

Resumo: No presente texto, é apresentado um projeto de pesquisa de doutorado que tem como objetivo investigar o que podem estudantes em situação de vulnerabilidade social a partir de uma Educação Financeira (EF) sob uma perspectiva crítica em uma sociedade neoliberal. Para atingir esse propósito, serão explorados estudos relacionados a diferentes abordagens da EF, o conceito de neoliberalismo e a importância da justiça social e da equidade na transformação dos ambientes. Diante dessa base teórica, a intenção é conduzir uma pesquisa qualitativa, com dados advindos de discussões realizadas em sala de aula de Ensino Fundamental uma escola no Vale do Paraíba – SP. Assim, a produção dos dados será realizada durante um curso de EF ministrado de forma voluntária pelo autor do projeto, aberto aos estudantes que frequentam a escola em período integral. O objetivo desse curso é incentivar o desenvolvimento crítico dos estudantes, encorajando-os a enxergar a EF para além do simples ato de poupar e gastar, explorando suas nuances mais profundas. Com base nos dados obtidos ao longo do curso, a análise buscará identificar convergências entre as falas dos participantes e entre esses discursos e o referencial teórico apresentado. Através desse processo, espera-se desvelar as particulares formas de se compreender o que pode uma EF para estudantes em situação de vulnerabilidade social dentro de uma sociedade neoliberal.

Palavras-chave: Educação Financeira. Neoliberalismo. Justiça Social. Educação Matemática Crítica.

INTRODUÇÃO

Sociedade, política e economia, tanto individualmente quanto coletivamente, direcionam e condicionam a compreensão que os indivíduos têm de si mesmos e do mundo (HAMMAN, 2012; ROSA, 2019). Dessa forma, imersos em uma sociedade neoliberal, os indivíduos são motivados a buscar o enriquecimento pessoal de maneira individualista e competitiva (HARVEY, 2005). O que torna possível a percepção da prevalência de sociedades cada vez mais desiguais (MENECCUCCI, 2023), em que o indivíduo é o responsável por sua realidade (HARVEY, 2005).

Para que isso se mantenha, no neoliberalismo, mercado e Estado disseminam “a simples ideia de que não há mais alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm que adaptar-se a suas normas” (ANDERSON, 1995, p. 22), deixando de lado qualquer possibilidade de justiça social e equidade. Dessa forma, estrutura neoliberal ocorre de forma a alienar os indivíduos, que, muitas vezes, vivem apenas para arcar com os custos de sua

¹ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP; Programa de Pós-graduação em Educação Matemática; fabio.menecucci@unesp.br; orientador: Prof. Dr. Ole Skovsmose

vida e pagar suas contas, sem questionamentos ou possibilidades de ir além do que lhe é tido como habitual, isto é, aquilo que pertence à sua realidade, sua vivência cotidiana.

Assim, as pessoas em vulnerabilidade social são as mais afetadas pelo neoliberalismo, já que “a abordagem neoliberal para lidar com a pobreza, o desemprego e a falta de moradia crescentes não é simplesmente ignorá-los, mas impor julgamentos punitivos por meio de efeitos moralizadores de sua racionalidade política” (HAMANN, 2012, p. 112). Com a desigualdade social e a culpabilização por sua realidade, muitas vezes as pessoas em vulnerabilidade social são impossibilitadas de ascender socialmente, já que a “exploração, dominação e todas as outras formas de desigualdade social são consideradas invisíveis como fenômeno social no sentido de que a condição social de cada indivíduo é julgada como nada mais do que os efeitos de suas escolhas e investimentos” (HAMANN, 2012, p. 109).

Dessa forma, é urgente olhar para esses indivíduos que vivem à margem da sociedade - não porque escolheram, mas porque lá foram postos e mantidos - a fim de, inicialmente, compreender como são afetados pelos ideais sócio-político-econômicos predominantes, especialmente em relação ao âmbito do dinheiro, amplamente considerado como a aspiração máxima da sociedade neoliberal. Para assim, questionar o que se pode fazer diante dessa realidade.

Diante disso, expõem-se o desejo de desenvolver uma tese que aprofunde a compreensão de Educação Financeira (EF), em uma perspectiva crítica, entre estudantes em situações vulneráveis imersos em uma sociedade neoliberal. Para isso, durante esse texto, serão apresentados referenciais teóricos que possibilitem olhar para diferentes abordagens da EF, o conceito de neoliberalismo e a importância da justiça social e da equidade na transformação dos ambientes. Ademais será abordado o objetivo do autor deste texto a partir pesquisa, bem como, a metodologia a ser desenvolvida na tese, a forma como os dados serão produzidos e suas considerações finais.

NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO

Conforme supracitado, vivemos em uma sociedade neoliberal, mas o que seria o neoliberalismo e quais suas implicações? Para contemplar esse questionamento, durante a presente seção serão apontados alguns aspectos que caracterizam e possibilitam a reflexão sobre o tema. Nessa perspectiva, pode-se iniciar por Harvey (2005, p. 12), ao apontar que o



neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro.

Assim, o sistema neoliberal, quando abordado de um ponto de vista econômico, pode ser interpretado como um conjunto de estratégias que fomentam a competição entre indivíduos, com o propósito de impulsionar o crescimento econômico, aumentar a demanda por produtos e elevar a qualidade deles. Para atingir esses objetivos, são implementadas ações como a privatização de setores, a redução da intervenção do Estado no bem-estar social, a diminuição das proteções trabalhistas e a redefinição do papel do Estado na economia. Nesse contexto, o Estado é concebido como um regulador dos mercados existentes e, em determinados casos, até como um agente que cria oportunidades de mercado (HARVEY, 2005; MENEUCUCCI, 2023).

Porém, o neoliberalismo não se restringe ao espectro econômico, uma vez que, conforme exposto anteriormente, são necessárias intervenções do Estado nos direitos que garantem o bem-estar dos cidadãos, logo, suas implicações transgridem a economia, afetando também os contextos sociais, políticos, culturais, educacionais, etc.

Ademais, para a existência do sistema e sua manutenção é necessária uma estruturação social, que faça com que as pessoas aceitem viver de tal forma. Nessa perspectiva, o neoliberalismo atua também sobre as vontades das pessoas, já que prega que a racionalidade neoliberal deve ser a da sociedade (OKSALA, 2013), de modo a fabricar sujeitos que obedecem à lógica de mercado, sem questioná-la e que se compreendam como únicos responsáveis por suas vidas, mesmo que essas sejam subjugadas e marginalizadas (HAMANN, 2012).

Assim, os indivíduos são constantemente levados à naturalização de um sentimento de distinção, já que é ele quem garante a existência da competição. Competição essa que não é natural, como a apresentada por Darwin na teoria da evolução, mas criada e estimulada a partir da diferenciação entre as pessoas - de maneira a fortalecer as desigualdades e o individualismo (HAMANN, 2012), já que se compete-se pelo capital e apenas o 'melhor' vence. No lugar de 'melhor', pode-se ler: aquele que tem posse do capital suficiente para possuir maior número de instrumentos e oportunidades de adaptação ao mercado.

A existência desse mercado pode ser estabelecida pelo meio que for necessário, incluindo força, fome, miséria e principalmente a desigualdade social (ROSA, 2019). Porém, tudo isso é



feito com o pressuposto de que defendem uma suposta liberdade e igualdade, a liberdade de cada um ser igualmente o empreendedor de si (HARVEY, 2005). Com isso, para que tal concepção de liberdade possa ser internalizada e naturalizada na sociedade, a educação pode ter um papel relevante de reprodutora de padrões, bem como se tornando também mercadoria.

Segundo Costa, Neto e Souza (2009), para que esse movimento fosse possível a educação passou por uma reinterpretação que a enquadra, nas declarações governamentais, como um encargo e uma questão a ser enfrentada. Isso resultou em uma diminuição gradual dos investimentos públicos na área educacional e, conseqüentemente, conduziu a um processo de depreciação, abrindo caminho, para que seja considerada como um fardo econômico. Dessa forma,

o neoliberalismo direciona suas ações às escolas públicas como parte de sua estratégia ideológico-política. As recentes mudanças na educação orientadas pelo mercado não são eventos naturais que ocorrem por si só: pelo contrário, essas mudanças são eventos controlados e bem coordenados. O objetivo estratégico das mudanças neoliberais na educação é restaurar o poder ideológico-político e financeiro da classe dominante, transformando a educação em um negócio lucrativo e produzindo cidadãos-consumidores obedientes e passivos (a futura força de trabalho). Ao transformar a educação em um negócio lucrativo, há um fluxo ascendente de dinheiro, tornando mais fácil fabricar o consentimento dos cidadãos-consumidores passivos (AVCI, 2018)

Assim, compreendemos que “toda preocupação com a educação está assentada no fato de ser um setor de possibilidades ilimitadas em relação ao lucro” (NETO, 2009, p. 31), seja ele a partir da reprodução da racionalidade neoliberal, seja pela possibilidade de transformá-la em mercadoria e vendê-la (MENEUCUCCI, 2023). De modo que “através do processo de escolarização hegemônica, os cidadãos são individualizados e despolitizados, tendo efetivamente sua imaginação e curiosidade suprimidas, à medida que são orientados para o mundo como técnicos a serviço dos ricos e poderosos” (DARDER, 2018, p. 6).

Nessa perspectiva, os pobres, especialmente as crianças e adolescentes, são os que possuem menor capacidade de expressar suas reivindicações, ao passo que são os mais dependentes do sistema educacional para adquirir sua formação (CONNELL, 2000). Assim, a educação se torna um importante instrumento da manutenção do neoliberalismo e coação das massas. Isso, acentua-se ao se tratar da EF, uma vez que ela é a responsável por debater no Brasil temas próprios do capital, máxima do neoliberalismo.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: FERRAMENTA DO NEOLIBERALISMO OU POSSIBILIDADE DE UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA



XXVII Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática
Tema: Desafios educacionais e impactos Sociais das Pesquisas em Educação Matemática.
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática / Instituto Federal do Espírito Santo - IFES-Vitória-ES
12, 13 e 14 de outubro de 2023 – presencial.

Para que se possa compreender o papel da EF no sistema neoliberal, é necessário um breve histórico sobre a EF. Diante disso, salienta-se que as discussões acerca da Educação Financeira tenham ganhado maior destaque tanto nos contextos educacionais como no meio acadêmico nos últimos anos no Brasil, visto que em 2018 a versão final da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018) – documento normativo que define, em nível nacional, as aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas junto aos alunos em todas as modalidades e etapas da educação básica – trouxe a EF como um tema transversal e de relevância em várias áreas de estudo.

Entretanto, mesmo que sua importância tenha sido reconhecida, a BNCC não apresenta de forma clara o que considera por EF, nem como ela pode ser tratada e desenvolvida pelas instituições de ensino, o que pode ocasionar um ambiente de incerteza sobre o que seria a EF e como ela se daria em sala de aula (MENEUCCI, 2023). Apesar dessa imprecisão, a EF é abordada em outros documentos como a Estratégia Nacional de Educação Financeira – Enef. Dessa forma, subentende-se que a BNCC (BRASIL, 2018) corrobora tal compreensão.

Para que se possa compreender a EF presente nos documentos brasileiros é necessário, antes, olhar para suas influências. Por isso, a seguir será apresentado um breve histórico da EF, desde seus primeiros estudos até a homologação da Base. O primeiro trabalho em escala global sobre o tema foi realizado em 2003, quando a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), organização econômica intergovernamental que busca estimular o progresso econômico e o comércio mundial, influenciada por seus países membros, começou a mapear e avaliar a eficiência de diferentes estudos já existentes referentes à EF. Desse movimento, elaborou-se o Projeto Educação Financeira (OCDE, 2005), que buscava auxiliar as nações integrantes da OCDE a educarem financeiramente seus cidadãos.

Ao analisar o texto acima mencionado, é perceptível um discurso que aborda a importância dos países oferecerem aos seus habitantes, entre outras questões, recursos fundamentais que lhes permitam gerenciar eficazmente seus orçamentos e finanças pessoais. (OCDE, 2005). defende a ideia de cultivar a disciplina de poupar, com o propósito de planejar metas futuras. Além disso, sugere que ao seguir esse caminho, cada indivíduo deve se organizar, tomar decisões acertadas em relação a investimentos e escolher de maneira prudente. Logo, para OCDE (2005) a EF pode ser entendida como



[...] o processo pelo qual os consumidores financeiros/ investidores melhoram a sua compreensão sobre os conceitos e produtos financeiros e, através da informação, instrução e/ ou aconselhamento, objetivos, desenvolvam as habilidades e a confiança para tomar consciência de riscos e oportunidades financeiras, para fazer escolhas informadas, saber onde buscar ajuda e tomar outras medidas eficazes para melhorar a sua proteção e o seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005, p.26).

Com isso, a EF idealizada pela OCDE (2005) está intrinsecamente ligada ao acúmulo e manutenção de recursos, o que corrobora com os ideais neoliberais. Isso se dá uma vez que o aprendizado de como ganhar, guardar e investir dinheiro está relacionada unicamente com a forma pela qual o indivíduo pode vir a aumentar sua renda, não refletindo sobre de que forma isso se dá ou as suas consequências, para as outras pessoas ou para o planeta.

Tal concepção neoliberal inspirou e orientou o Brasil a desenvolver iniciativas que trabalhassem o tema. Assim, em 2007, foi formado um grupo com representantes do governo brasileiro, da iniciativa privada e da sociedade civil, com o intuito de desenvolver uma proposta de plano nacional para a EF. Com isso, no dia 22 de dezembro de 2010, pelo decreto nº 7.397 (BRASIL, 2010), estabeleceu-se formalmente a Enef, com o objetivo de “promover e fomentar uma cultura de educação financeira no país, [...] ampliar a compreensão do cidadão para efetuar escolhas conscientes relativas à administração de seus recursos, [...] contribuir para a eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros e de fundos de previdência e de capitalização” (BRASIL, 2017, p. 20).

Na Enef (BRASIL, 2017), então, a abordagem previamente apresentada pela OCDE é reforçada, uma vez que enfatiza a importância do capital individual e do fortalecimento do mercado. Com isso, vemos também na Enef (BRASIL, 2017), assim como na OCDE (2005) o caráter neoliberal em que a competição é fundamental. Nesse processo, o estudante “é estimulado a aceitar as leis de mercado e fazer o que for preciso para vencer” (MENEUCUCCI, 2023, p. 51). Diante disso, conforme dito anteriormente, a BNCC (BRASIL, 2018) corrobora tais fatores. O que expõem a urgência de uma EF que vá contra os ideais neoliberais, que deixe de focar estritamente no dinheiro, enquanto despreza o ser humano e o contexto em que ele está inserido, e comece a olhar para os cidadãos como potenciais atores sociopolíticos e promotores de verdadeira liberdade.

Nesse sentido, vê-se a necessidade de adotar uma abordagem diferente para a EF, uma perspectiva que reconheça a relevância dos tópicos abordados nos documentos mencionados anteriormente. mas que entenda também que a EF deve ser tratada de forma a buscar a “erradicação da desigualdade social e o fortalecimento da cidadania, para que não acabemos reforçando



estruturas sociais que visam apenas o lucro” (MENEUCUCCI, 2021, p. 2). Isso porque, as finanças representam apenas um aspecto da EF, que se estende por uma ampla gama de tópicos, incluindo questões como desemprego, desigualdade social, discriminação e lacunas na educação. Esses são apenas alguns exemplos de muitos aspectos que vão além do nível individual. (SARAIVA, 2017).

Conforme sustentam Mazzi e Baroni (2021), considerar EF apenas como um método de instrução para lidar com o dinheiro pressupõe uma perspectiva mercadológica sobre ela, sugerindo um papel passivo do cidadão, cuja única função seria consumir da maneira mais eficiente possível. Nesta perspectiva, a fim de extrapolar o nível individual e propor uma abordagem mais ampla, social e justa da Educação Financeira, Silva e Powell (2013) propõem um currículo de EF nas escolas, com o objetivo de que os estudantes compreendam a EF nos contextos pessoal, familiar e social. Contemplando essas dimensões, pode ser possível alçar uma sociedade que olhe, por exemplo, para problemáticas relacionadas ao meio ambiente, as relações de gênero, as formas de trabalho, o racismo, o consumo, a justiça e o futuro das sociedades.

Para isso, é necessária uma EF que seja “discutida sob a ótica de um ensino emancipatório, crítico e reflexivo” (SILVA; PESSOA; CARVALHO, 2019), permitindo que os estudantes constituam conhecimentos que transcendam o domínio das finanças e economia. Isso envolve também a capacidade de examinar a sociedade e as informações disponíveis de maneira crítica, de forma a embasar decisões em conhecimentos sólidos e, acima de tudo, planejar ações com base em princípios éticos, sociais e sustentáveis.

Além da necessidade de olharmos para uma EF que transcenda o ganhar e gastar dinheiro, é crucial reconhecer as contínuas injustiças sociais que persistem no Brasil e considerar uma sociedade que, diante desses desafios, busque a equidade e a justiça social. Isso implica enfrentar o contexto do neoliberalismo, que promove a competição e vê as diferenças de maneira negativa, de forma a “tratar os diferentes de maneira diferente, dando mais a quem precisa mais” (GRANJA et. al, 2010, p. 82) e buscar a possibilidade a libertação da sociedade neoliberal.

Para isso, a educação precisa ser crítica, pois, conforme exposto por Skovsmose (2001, p. 101), a educação crítica “deve discutir condições básicas para a obtenção do conhecimento, deve estar a par dos problemas sociais, das desigualdades, da supressão etc., e deve tentar fazer da educação uma força social progressivamente ativa”. Nesse sentido, “ensinar para justiça social é se colocar em posição de solidariedade, participando de atos políticos e movimentos sociais que buscam por uma sociedade mais justa” (BARROS, 2021, p. 54). Isso porque ensinar para justiça



social demanda um processo complexo de constituição de conhecimentos, para preparar os indivíduos para entender e superar conceitos enraizados na sociedade (FRANKENSTEIN, 2012), como a concepção, já enunciada, de que somos os únicos responsáveis por nosso mérito, e principalmente pelo nosso demérito.

Diante dessa problemática, é urgente uma educação que transgrida a racionalidade neoliberal, já que “a educação não pode apenas representar uma adaptação às prioridades políticas e econômicas (quaisquer que sejam); a educação deve engajar-se no processo político, incluindo uma preocupação com a democracia” (SKOVSMOSE, 2007, p. 19). Por isso, expressa-se o desejo por olhar os estudantes em vulnerabilidade social e investigar a EF em uma perspectiva crítica, questionando o que ela pode em uma sociedade neoliberal.

OBJETIVO

Diante das concepções anteriormente apresentadas, o presente projeto de pesquisa tem por objetivo buscar compreensões acerca do que podem estudantes em situação de vulnerabilidade social a partir de uma EF sob uma perspectiva crítica em uma sociedade neoliberal.

METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

Pesquisa, segundo notas de aula do professor Joel Martins, apresentadas por Bicudo (1993), envolve o contínuo movimento do pesquisador que, motivado por seus questionamentos, procura incorporar cada vez mais significados, dimensões, perspectivas e abordagens ao objeto de estudo. Portanto, a maneira como uma pesquisa é conduzida é determinada pelo que se pretende observar (GOLDENBERG, 2004).

Dessa forma, uma vez que desejamos nos debruçar sobre o que pode a EF em uma perspectiva crítica em uma sociedade neoliberal, visando estudantes em situação de vulnerabilidade social, optou-se por buscar compreensões a partir de um grupo de estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental em um curso de EF oferecida a uma escola pública da região do Vale do Paraíba. A escolha do local se deu devido à proximidade do pesquisador com a escola, que, por sua vez, demonstrou interesse em participar da pesquisa. Além disso, a região apesar de se caracterizar como detentora de alta modernidade e riquezas, uma vez que se destaca por



concentrar uma parcela considerável do PIB do Brasil, apresenta localidades de expressiva desigualdade (ALVARENGA, RESCHILIAN, GUERRA, 2017). Dessa forma, entendemos que olhar o que pode a EF para estudantes dessa escola possibilitaria buscar compreensões acerca do investigado. Nesse sentido, salienta-se que em uma pesquisa qualitativa não há “uma última resposta, uma solução definitiva, não há compreensão e interpretações plenamente desenvolvidas e que dão conta de todas as dimensões do fenômeno interrogado” (BICUDO, 1993, p. 18). Portanto, buscamos expor possíveis compreensões sobre o que foi estudado, o que não finaliza a discussão, mas a fomenta.

PRODUÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Conforme elucidado anteriormente os dados da pesquisa proposta são oriundos de discussões de estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental em um curso² de EF oferecida a uma escola pública da região do Vale do Paraíba. O ambiente da pesquisa é uma escola da rede pública municipal de ensino com estudantes dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, porém o foco do estudo se dará nos Anos Finais. Ademais, a instituição de ensino apresenta a possibilidade de permanência integral dos estudantes, sendo a escolha da permanência ou não do estudante durante os dois períodos estritamente sua e de sua família.

A disciplina a ser oferecida pelo professor e autor dessa proposta durante o contraturno, isto é, o período fora do horário do ensino regular, em que se oferece atividades complementares. Diante disso, surgem duas implicações: I – A disciplina será direcionada aos estudantes de período integral e II – Não há a necessidade de se prender ao conteúdo programático de Matemática, o que possibilita a exploração de conceitos, que, em teoria, pertencem a outras disciplinas. Diante disso, a partir da disciplina se busca possibilitar o fortalecimento da compreensão dos estudantes acerca da EF, bem como propiciar um olhar crítico e emancipatório para ela. Para isso, trabalhar-se-á os conceitos de EF, os desejos individuais e coletivos, o planejamento financeiro, a influência da mídia, os impactos ambientais, a obsolescência programada, o consumo, a sustentabilidade, a matemática financeira, dentre outros temas que possam vir a emergir durante as aulas.

A produção dos dados se dará a partir de diálogos e outras formas de expressões dos alunos durante a disciplina, que será dividida em 7 encontros de 1 hora e 40 minutos, cada. Todos os

² O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e ocorrerá conforme suas orientações.



encontros serão registrados por meio de notas de campo, considerando conversas e acontecimentos em sala de aula, a fim de registrar o máximo possível de detalhes, bem como gravações de áudio, por meio de câmeras e gravadores.

Tendo os dados que se deseja estudar, olhar-se-á para as falas dos sujeitos, transcritas de maneira exata, e pelos dados transcritos pelo pesquisador e, por meio de comparações e eliminações do que é aparente, buscar-se-á o que é essencial, característico (BICUDO, 1994). Esse movimento tem por objetivo a transição de falas em nível individual para abstrações de âmbito mais geral (MACHADO, 1994, p.31), buscando, assim, organizar as proposições gerais de acordo com grupos temáticos. Disso, emerge um movimento em que o pesquisador articula suas interpretações com o que lhe é conhecido, bem como com outros autores para assim exprimir compreensões sobre o fenômeno analisado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o presente texto foi apresentado um projeto de pesquisa de doutorado e em qual contexto ele está sendo elaborado, apresentando brevemente os referenciais teóricos que guiarão o estudo. Assim, diante do que foi exposto, compreende-se que o neoliberalismo desempenha papel significativo na constituição do indivíduo moderno, incluindo o que tange a EF. Individualismo e segregação são, assim, enraizados e normalizados, uma vez que a prosperidade está puramente na acumulação do capital próprio, mesmo que as demais pessoas sofram com isso.

Portanto, a intenção de investigar o que podem estudantes em situação de vulnerabilidade social a partir de uma EF sob uma perspectiva crítica em uma sociedade neoliberal, se mostra relevante. Além disso, destaca-se a importância de focar nesse grupo específico de estudantes, pois são os mais impactados pelos neoliberais e frequentemente marginalizados.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, D. das N.; RESCHILIAN, P. R.; ROSEMBACK, R. G. Local de moradia e vulnerabilidade social na região metropolitana do Vale Do Paraíba e Litoral Norte e em São José dos Campos — SP . *Oculum Ensaio.s* 2018, 15, 149-169.

ANDERSON, P. Além do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILLI, P. Pós-Neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo, Paz e Terra, 1995.



AVCI, B. Critical Mathematics Education: Can Democratic Mathematics Education Survive under Neoliberal Regime?. Leiden, The Netherlands: Brill. v. 1. 178 p. 2018.

BARROS, D. D. Leitura e escrita de mundo com a matemática e a comunidade LGBTQ+: as lutas e a representatividade de um movimento social. 2021. 284 p. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2021.

BICUDO, M. A. V. Pesquisa em Educação Matemática - Pro-Posições, v. 4, n. 1, p.18-23, 1993.

BICUDO, M. A. V. Sobre a Fenomenologia. In: BICUDO, M. A. V.; ESPÓSITO, V. H. C. (Orgs.). A pesquisa qualitativa em Educação: um enfoque fenomenológico. Piracicaba: Editora UNIMEP, p. 15-22, 1994.

BRASIL. Decreto 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2010.

BRASIL. Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. Vida e dinheiro, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular, 2018.

CONNELL, R. W. Pobreza e Educação. In: GENTILI, P. (Org.). Pedagogia da Exclusão: Crítica ao Liberalismo em Educação. 6 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, p. 11-42.

COSTA, A. NETO, E. SOUZA, G. A Proletarização do Professor: Neoliberalismo na Educação. 2. ed. São Paulo: Sudermann, 2009.

DARDER, A. Foreword: A Living Mathematics for Democracy. In: AVCI, B. Critical Mathematics Education: Can Democratic Mathematics Education Survive under Neoliberal Regime?. Leiden, The Netherlands: Brill, p. VII – XII, 2018.

FRANKENSTEIN, M. Beyond Math Content and Process: Proposals for Underlying Aspects of Social Justice Education. In: Teaching Mathematics for Social Justice: Conversations with Educators, 2012.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Ed. Record, São Paulo, edição 8, 2004.

GRANJA, G. F.; ZOBOLI, E. L. C. P. ; FORTES, P. A. C ; FRACOLLI, Lislaine Aparecida . Equidade no Sistema de Saúde Brasileiro: Uma teoria fundamentada em dados. Revista Baiana de Saúde Pública, v. 34, p. 74-88, 2010.

HAMANN, T. Neoliberalismo, governamentalidade, ética. Foucault Studies, nº06 2009.

HARVEY, D.O Neoliberalismo: História e Implicações. 2. ed. São Paulo, Edições Loyola, 2005.



MACHADO, O. V. M. Sobre a pesquisa qualitativa em educação, que tem a fenomenologia como suporte. In: BICUDO, M. A. V. e ESPOSITO, V. H. C. (Orgs). A pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico. Piracicaba: UNIMEP, p. 35-46, 1994.

MAZZI, L. C.; BARONI, A. K. C. Diálogos possíveis entre Educação Financeira e Educação Matemática Crítica. In: BARONI, A. K. C.; HARTMANN, A. L. B.; CARVALHO, C. C. S. D. (Org.). Uma abordagem crítica da educação financeira na formação do professor de matemática. 1ed. Curitiba: Appris, 2021, v. 1, p. 37-53.

MENECUCCI, F. A. Educação Financeira na produção de vídeos: um olhar fenomenológico. In: Anais do Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática. Anais...Campina Grande (PB) UEPB, 2021.

MENECUCCI, F. A. Neoliberalismo, consumismo e educação financeira: reflexões de cidadãos-professores-estudantes de pós-graduação em Educação Matemática. 2023. 175 p. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2023.

NETO, E. F. O fracasso dos planos neoliberais na educação brasileira. In: COSTA, G. NETO, E. F. SOUZA, G. A Proletarização do Professor: Neoliberalismo na Educação. 2 ed. São Paulo, Sundermann, 2009, p. 11-58.

OECD. Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies. OECD, 2005.

OKSALA, Johanna. Neoliberalism, and Biopolitical Government. In: Foucault, Biopolitics and Governmentality. NILSSON, Jakob; WALLENSTEIN, S. Estocolmo: Södertörn Philosophical Studies, 2013.

ROSA, R. R. Razão neoliberal, desdemocratização e produção de subjetividades. 2019. 175 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SARAIVA, K. S. Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. Educar em Revista, Curitiba, PR, n. 66, p. 157-173, out./dez. 2017.

SILVA, A.; PESSOA, C.; CARVALHO, L.. EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM AULAS DE MATEMÁTICA: “o que eu vejo é o sistema monetário!”. XIII ENEM, Brasil, jun. 2019.

SILVA, A. M.; POWELL, A. B. Um Programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica. XI Encontro Nacional de Educação Matemática. Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática, Curitiba, 2013.

SKOVSMOSE, O. Educação Matemática Crítica: a questão da democracia. Campinas/SP: Papirus 2001.

SKOVSMOSE, O. Educação Crítica: incerteza, matemática, responsabilidade. São Paulo: Cortez, 2007.

